



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

JESSÉ CORREIA DOS SANTOS DA SILVA

**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DA
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO DE CERQUINHA – AMPC DE
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU – BA**

CRUZ DAS ALMAS

2018

JESSÉ CORREIA DOS SANTOS DA SILVA

**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DA
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO DE CERQUINHA – AMPC DE
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU – BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior

CRUZ DAS ALMAS

2018

Folha de Aprovação

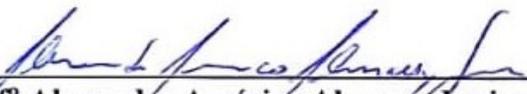
JESSÉ CORREIA DOS SANTOS SILVA

**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DA
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO DE CERQUINHA – AMPC
DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU - BA**

É aprovado pelos membros da Banca Examinadora e foi aceito por essa instituição de Ensino Superior como Trabalho de Conclusão de Curso, no nível de graduação, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Aprovado no dia 28 de agosto de 2018.

BANCA DE EXAMINADORA



Profº Alexandre Américo Almassy Junior - Orientador
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -UFRB



Profa. Alicia Ruiz Olathe
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Profa. Franceli da Silva
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -UFRB

Cruz das Almas - BA

Agosto de 2018

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO DE CERQUINHA – AMPC DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU – BA

Jessé Correia dos Santos da Silva¹

Alexandre Américo Almassy Junior²

Resumo:

Diagnósticos Participativos são ferramentas que através do diálogo permitem a construção coletiva do conhecimento e podem ser aplicados aos grupos sociais de diversas áreas. Partindo desse pressuposto, esse trabalho teve o objetivo de realizar o Diagnóstico Rural Participativo - DRP junto aos membros da Diretoria da Associação de Moradores do Povoado de Cerquinha, em Cabaceiras do Paraguaçu - BA com vistas a perceber as fragilidades e potencialidades de fortalecimento desta Associação, além de auxiliar no processo de elaboração de proposta de Plano de Ações visando a superação de fragilidades e limitações identificadas. Para alcançar tais objetivos foram aplicadas as técnicas Matriz de Priorização de Problema, com o objetivo de estabelecer a ordem de prioridades, segundo sua importância e/ou urgência dos problemas previamente identificados pelos participantes para busca de estratégias de solução. Os problemas identificados como mais urgentes foram: a pouca participação dos membros da Associação e a escassez de recursos. Também foi aplicada a técnica da Árvore de Problemas que permitiu analisar as relações, causas e efeitos dos problemas priorizados, e identificar possibilidades de superação dos mesmos. Por fim foi elaborado o Plano de Ação Comunitária onde foram programadas as atividades, identificados os responsáveis da Diretoria por cada ação, os prazos e como serão executadas as ações de superação dos problemas identificados no DRP.

Palavras-chave: Associativismo; Metodologias Participativas e Desenvolvimento de Comunidades.

¹Discente do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB

²Docente do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB

1. Introdução

A Comunidade de Cerquinha fica situada geograficamente a 12°38'12.2"S 39°11'39.1"W no município de Cabaceiras do Paraguaçu pertencente a região do recôncavo do estado da Bahia, distante 150 km da capital Salvador e 15,5 Km da sede. A população estimada desse município em 2017, era de 19.312 habitantes que vivem em uma área de 222,027 km², (IBGE 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em 2010 era de 0,581, considerado baixo (PNUD, 2018). Trata-se de um município com o clima bastante seco onde há longos períodos de estiagem. A principal atividade econômica é a agropecuária com destaque a produção de mandioca, feijão, laranja e aves. (IBGE, 2016).

Esse trabalho foi realizado especificamente na Comunidade Rural de Cerquinha que possui aproximadamente 350 famílias. A principal atividade econômica desta comunidade relaciona-se na produção agrícola com destaque para a cultura do fumo e do limão. Trata-se de comunidade com limitações estruturais como iluminação pública precária, estradas sem pavimentação, falta de unidade de atendimento básico de saúde de qualidade o que demonstra a baixa ação do poder público em contribuir para o seu desenvolvimento. Todavia segundo Kageyama (2004), o poder público tem o dever de investir em comunidades através de projetos adaptados para cada região. Corroborando com esse pensamento Albuquerque e Zapata (2008) afirmam que:

A presença do governo municipal nas alianças para o desenvolvimento local é muito importante para garantir uma perspectiva de futuro mais ampla do que a existente nos setores empresariais privados, centrados na busca de lucros imediatos (p. 223).

A AMPC (Associação dos Moradores do Povoado de Cerquinha), foi fundada em 1996 quando 16 produtores rurais resolveram unir forças visando lutar por melhorias para a comunidade, defender os interesses dos associados, promover assistência social, melhorias nas técnicas produtivas e profissionalizar os seus associados. Dez anos após sua fundação a Associação passou a possuir 36 associados e deu início a construção da sede própria em um terreno doado pelo presidente da Associação, com apoio do Banco do Brasil e Banco do Nordeste e a extinta Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Nesta época a associação viabilizou para a comunidade vários cursos, treinamentos, palestras, oficinas, apoio técnicos, acesso a tratores, implementou casa de farinha comunitária, intermediou o acesso ao crédito junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste. Porém a partir dos últimos seis anos a Associação se encontra em um estado muito crítico com forte queda da

participação comunitária enfraquecendo o processo do associativismo local.

Com base nessa realidade, esse trabalho visou diagnosticar os principais problemas que a Diretoria da Associação enfrenta no processo de associativismo, e quais as razões que justificam a existência desses problemas. Após realização desse diagnóstico, adotando metodologias participativas, elaborou-se junto com a Diretoria da Associação um Plano de Ação Comunitária com vistas a identificar possibilidades de soluções para os problemas diagnosticados. O percurso metodológico desse trabalho adotou as seguintes etapas de execução:

- a) Apropriação da fundamentação teórica que subsidiaria a realização do DRP com base em Verdejo (2010), Petersen e Romano (1999) e Souza (1999);
- b) Realização de Diagnóstico Rural Participativo - DRP junto aos membros da Diretoria da Associação com base em Verdejo (2010);
- c) Elaboração de Plano de Ação pela Diretoria da Associação como forma de definir prioridades para enfrentamento dos problemas identificados na etapa do diagnóstico.

2. Comunidade e participação

Comunidade pode ser entendida como: “um grupo permanente de pessoas que ocupa uma zona comum, desenvolve interação dentro e fora de seus papéis institucionais e possui um sentimento de identificação resultante dessa interação” (SILVA, 2003, p. 15), essa interação é essencial para a construção de um processo de mudança em prol de todos os atores que compõe a vida em comunidade pois esta é uma necessidade do ser humano, onde há interesse individual e coletivo que favorece a capacidade do indivíduo em influenciar no processo de decisão. Quanto mais participativos forem os indivíduos, mais capacitados se tornam para conquistar os objetivos do grupo. No entanto como afirmam Capodagli e Jackson (2000) não basta reunir um grupo de pessoas e esperar que elas funcionem como uma equipe, é preciso liderança e participação voluntária, afinal participar é uma forma de exercer direitos, neste contexto, a participação social torna-se um instrumento indispensável para o desenvolvimento de uma comunidade.

Para que a participação seja efetiva, torna-se indispensável que os múltiplos interesses dos diferentes atores sejam contemplados na esfera decisória de qualquer programa voltado para o desenvolvimento, por mais complexo que isso possa vir a ser. Há que se promover a descentralização, entendida como a divisão de poder entre os diferentes atores e agentes de promoção do desenvolvimento (PETERSEN e ROMANO, 1999, p.83).

Na concepção de Petersen e Romano, pode haver no meio do associativismo uma concentração de poder que precisa ser descentralizado para que haja a participação de todos, e que outros atores possam ser contemplados com o direito de decisão em qualquer ação do grupo do qual está inserido.

Entre as ações que ajudam a melhorar o funcionamento de uma comunidade, estão o trabalho voluntário onde pessoas se dispõem a trabalhar sem nenhuma remuneração pelos serviços prestados, sendo feito de livre e espontânea vontade com a finalidade de participar ativamente no processo de desenvolvimento da comunidade. Segundo Gohn (2001), “participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo [...]” (p. 19). Souza (1999) corrobora dessa ideia acrescentando que o

desenvolvimento de comunidade é, um processo pedagógico de organização social da população comunitária através do qual esta população consegue ampliar as suas condições de consumo individual e coletivo, assim como de controle sobre estas condições, articulando-se crescentemente para a participação em níveis mais amplos da sociedade e sobretudo naqueles que dizem respeito à problemática fundamental das camadas populares. (SOUZA, 1999, p. 57).

Nesse sentido o desenvolvimento da comunidade é um fator importante para o desenvolvimento de uma sociedade, através da ampliação de melhores condicionantes de vida, que devem ser decorrentes da expansão das liberdades de que as pessoas desfrutam no sentido apregoado por Sen (2000). Porém para que esse desenvolvimento aconteça de forma eficaz na comunidade, será indispensável que a participação seja organizada, ao contrário não terá benefícios para a comunidade. Assim acontece onde as organizações comunitárias estão desorganizadas, segundo Rauch (2002) apud Gomes (2004) afirma que:

[...] participação está estreitamente vinculada ao conjunto de atitudes dos técnicos, das lideranças e dos demais envolvidos que a favorecem ou não e com os procedimentos concretos para fazer valer o que está institucionalizado nas regras, por meio de relação humanas também concretas. (p. 241).

Do ponto de vista de Rauch, a participação não está concentrada apenas a alguns privilegiados mais todos os membros da comunidade devem reivindicar abertura para seu envolvimento nos assuntos ligados a vida da comunidade, dessa forma será possível neutralizar todas as formas de autoritarismo, fazendo prevalecer o princípios da democracia.

3. Associativismo: caminho para o desenvolvimento local

O associativismo surge como ferramenta de suma importância para o desenvolvimento de uma comunidade podendo proporcionar melhor qualidade de vida aos atores locais, através de, por exemplo, trabalhos em empreendimentos solidários, superação de limitações produtivas e relacionadas a qualidade de vida dos moradores de uma comunidade. Segundo (SEBRAE 2009), associações “[...] são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizaram para a realização de atividades sem finalidades lucrativas. Nessas entidades, o fator preponderante são as pessoas que as compõem. São entidades de direito privado e não público” (p. 11).

A Lei Federal nº 10.406/2002, em seu Art. 53, define associação como: “união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

Corroborando com a concepção jurídica do associativismo, (GANANÇA 2006) enfatiza associativismo com a seguinte visão:

No Brasil, a figura associativa é definida no Código Civil e na Lei de Registros públicos como uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituídas livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa. É uma figura jurídica específica, com certos contornos e configurações conferidas pela legislação. (p.31)

O associativismo é também um movimento de pessoas sem fins lucrativos que se unem com o objetivo de alcançar um bem maior para a coletividade, apesar de não exercer diretamente atividade comerciais, podem desenvolver projetos que fortalecem as atividades comerciais, a sua sustentabilidade depende da vontade dos seus associados em manter a Associação ativa. Ao longo do tempo o associativismo evoluiu consideravelmente, desde os vinte e oito operários de Rochdale na Alemanha o associativismo vem criando diversas formas de organização. Assim as associações vêm:

se constituindo como alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e aos pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mundo com melhores condições de concorrência. (BRASIL, 2008, p. 23).

Define-se associativismo como qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de organizações ou pessoas com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais, científicos, culturais ou políticos. Romeu (2002) e Souza (1999), argumentam que o associativismo representa um caminho de mudanças para o desenvolvimento local, portanto essa é a forma mais simples de organizar juridicamente um

grupo de pessoas com objetivos comuns.

As associações rurais que aceitam o desafio de construir um ambiente que incentive a expansão do desenvolvimento econômico e social só tendem a prosperar, pois uma associação organizada obtém e dissemina informações, pode promover novas tecnologias, ações de capacitação, adquirir equipamentos coletivos. Tudo em um clima de cooperação onde as partes se convencem que com o sucesso da associação se alcança o sucesso da comunidade trazendo vantagens para todos, pois “uma sociedade rica em vida associativa – [...] evoca a imagem de uma comunidade que se autogoverna que faz democracia com as próprias mãos.” (KERSTENETZKY, 2003, p. 131).

No contexto de crise política, financeira e do desemprego que o país enfrenta hoje, o associativismo passa a ser destaque pelo reconhecimento de sua importância no contexto social por superar desafios e fortalecer os movimentos sociais, para isso é necessário que os grupos estejam unidos, pois a participação ativa é sempre importante para alcançar os objetivos que, de acordo com Bordenave (1983), incita a organização e esta promove e conduz mais participação.

Um dos desafios para o fortalecimento das Associações é superar a pouca participação da comunidade no processo de enfrentamento de problemas e busca por melhores condições em termos de qualidade de vida. A falta de interação e a diminuição de pessoas dispostas a contribuir com o seu tempo, são fatores que ameaçam o bom andamento de um processo associativo que precisa ser pautado no empoderamento desses atores respeitando os valores e a cultura da comunidade.

Uma das estratégias de fortalecer o associativismo em uma comunidade rural é a adoção de metodologias participativas e é sobre esse tema que versará o próximo tópico.

4. Metodologias participativas: instrumentais de incremento ao processo participativo em comunidades

Metodologias Participativas podem ser compreendidas como ferramentas que permitem o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Utilizadas em grupos sociais de diversas áreas, tais metodologias podem auxiliar os indivíduos na organização de grupo social, opinando, concordando, discordando enfim fazendo com que as decisões entre os atores sociais se tornem mais transparentes, como afirma Perera e Gomes (2009), “[...] Instrumentos participativos têm como função principal ajudar a estruturar as disputas sobre o poder entre atores sociais, torná-las mais transparentes e, desta forma, contribuir para uma distribuição

mais equitativa do poder.” (p. 131, apud Brose, 2004). Esses instrumentos participativos também são utilizados na construção e transformação social e no empoderamento de pessoas, com propósito de aplicar uma nova concepção do mundo. De acordo com Verdejo (2010, p. 12)

o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento.”

Esses diagnósticos também são muito usados nas Organizações Não Governamentais - ONGs e nos movimentos sociais visando a sustentabilidade dessas organizações que através de uma participação efetiva da comunidade, sem imposição de forças governamentais pode torna-las mais eficazes no trabalho e na ação conjunta intensificando a comunicação dentro do grupo.

O DRP obedece a alguns critérios básicos como o respeito a sabedoria e a cultura do grupo, promoção de diferentes percepções, ampliação da capacidade de escutar a todos da comunidade e visualização imediata dos assuntos tratados. A partir da aplicação dessas metodologias Petersen e Romano (1999) afirmam que:

Essas metodologias têm claramente fortalecido a vida associativa dos atores do setor popular, tanto em termos qualitativos como quantitativos, [...]. Através da aplicação das diferentes metodologias participativas - como os diversos tipos de DRPs, exercícios de planejamento, experimentação e monitoramento - as entidades vêm conseguindo dar maior continuidade às ações, mantendo o envolvimento dos produtores e/ou trabalhadores, e socializando melhor os resultados e as informações. (p.78).

Essas metodologias podem proporcionar o estreitamento dos laços de relacionamento entre os atores da comunidade que podem obter como resultado uma participação mais constante dos diferentes atores de processos decisórios e maior compartilhamento das responsabilidades sobre a vida comunitária.

A partir da aplicação dessas Metodologias Participativas é possível analisar a situação de determinada comunidade de forma mais criteriosa, podendo ser observadas as possibilidades de promoção da participação social, da auto-avaliação de si e do grupo ao qual está inserido, da capacidade de identificar os problemas, criando meios de resolução desses problemas. É possível também realizar planejamento participativo e obter informações que serão úteis para constituir novos caminhos e técnicas. Contribuindo com essa discussão, Doniak (2002, p.60) acrescenta que, “com a participação surge um processo organizado, pelo

qual todos adquirem uma visão compartilhada do desenvolvimento local, permitindo que cada cidadão e organização saiba seu papel, para que ocorra o melhor desenvolvimento local”.

5. A Comunidade Rural de Cerquinha de Cabaceiras do Paraguaçu - BA: Revelações do DRP

Em julho de 2018 foi realizado Diagnóstico Rural Participativo - DRP com os 07 membros da Diretoria da Associação dos Moradores do Povoado de Cerquinha – AMPC,. O DRP foi conduzido conforme preconizado por Verdejo (2010), como forma de identificação de problemas e possibilidades de resolução assim como subsídio para elaboração de Plano de Ação, pois entende-se que os sujeitos, ao analisarem coletivamente suas próprias práticas, conseguem adquirir novos conhecimentos que podem ser capazes de promover as transformações da realidade.

Baseado nos pressupostos do DRP, na primeira fase do trabalho foi estabelecido um contato com o presidente da Associação, que na oportunidade relatou as dificuldades enfrentadas pela Diretoria para manter a Associação ativa, abordando assuntos como: dívidas com a Receita Federal, predominância do individualismo entre os membros associados e descrença por parte dos associados em relação à Diretoria. No segundo momento foi realizado com a Diretoria da Associação um diagrama identificando os problemas da associação por meio da seguinte pergunta geradora: Qual o principal problema que a associação enfrenta hoje? Os problemas mais relevantes identificados foram: pouca participação dos sócios, falta de apoio do poder público, descrença dos associados em relação à Diretoria da Associação, desmotivação dos sócios com a Associação e a escassez de recursos para manter a Associação.

Após esse diagnóstico um dos membros da Diretoria afirmou que:

Todos esses problemas são realidades em nossa Associação, [fico] um pouco encabulado mais esses problemas se faz presente há muitos anos, chega a parecer não ter solução, parece que tudo se acabou, mais é só unirmos as forças, partir para a luta. [...] todos esses problemas têm que ser solucionados, se não continua tudo como está.

Os problemas que esse membro da Diretoria se refere foram identificados e avaliados posteriormente por meio da aplicação da técnica de DRP denominada Matriz de Priorização de Problemas, cujo resultado é apresentado no Quadro 1. Esta técnica permitiu, de maneira fácil, priorizar segundo sua importância e/ou urgência os problemas identificados durante o diagnóstico.

Quadro 1: Resultado da Matriz de Priorização de Problemas. DRP, Comunidade Rural de Cerquinha de Cabaceiras do Paraguaçu - BA. 2018

Problemas Identificados	Citações de Prioridade	Total	Capacidade de Enfrentamento (Interna ou Externa a Diretoria)	Categoria Final de Prioridade
Pouca participação	x x x x x x	6	Interna	1º
Falta de apoio do poder público	x	1	Parcialmente Interna	4º
Desmotivação	–	–	Parcialmente interna	–
Escassez de recursos	x x x x x	5	Interna	2º
Desunião	–	–	Parcialmente interna	–
Descrédibilidade	x x	2	Parcialmente interna	3º
Frustração	–	–	Parcialmente interna	–

Fonte: Verdejo (2010) adaptado pelo autor.

Nota: Cada participante dessa técnica de DRP mencionou os dois problemas que considerava mais prioritários para serem solucionados pela Diretoria da Associação.

Com base nos resultados da Matriz de Priorização de Problemas pode-se identificar que o problema da pouca participação dos sócios foi escolhido em primeiro lugar como o mais importante para ser enfrentado. Tal problema vem prejudicando o desenvolvimento local é a organização da comunidade. O segundo problema a interferir mais negativamente na Associação foi a escassez de recursos.

A terceira fase do DRP, constituiu na elaboração da Ávore de Problema, apresentada nas Figuras 1, 2 e 3, essa técnica permitiu analisar as relações, as causas e os efeitos de vários aspectos do problema previamente identificado pelos participantes. As raízes da árvore simbolizaram as causas do problema; o próprio problema foi alocado no tronco e nos galhos e nas folhas foram identificados os efeitos, isto é: as propostas de superação e a solução do problema.

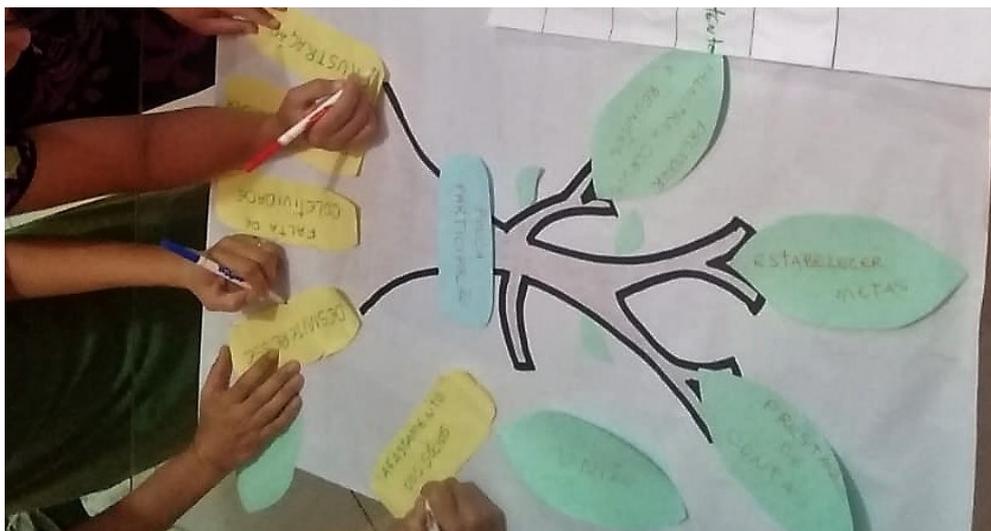
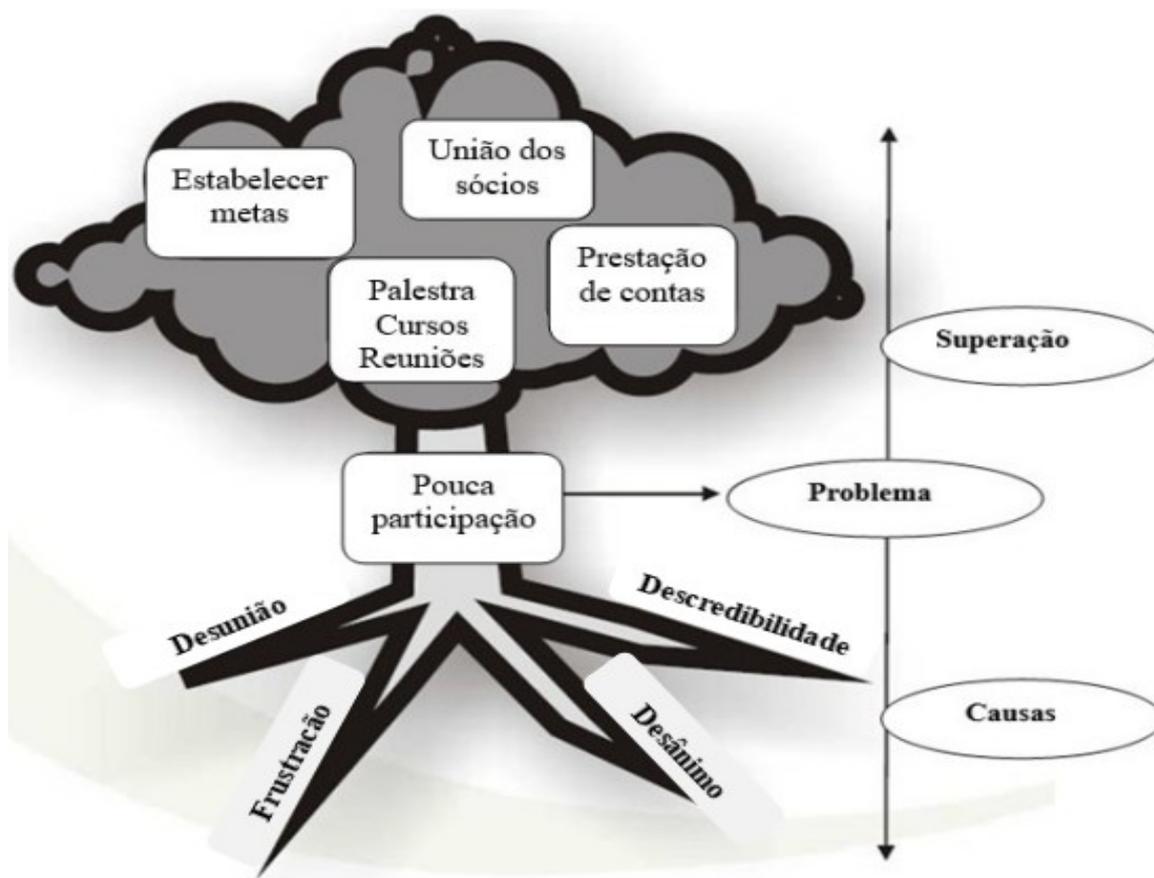
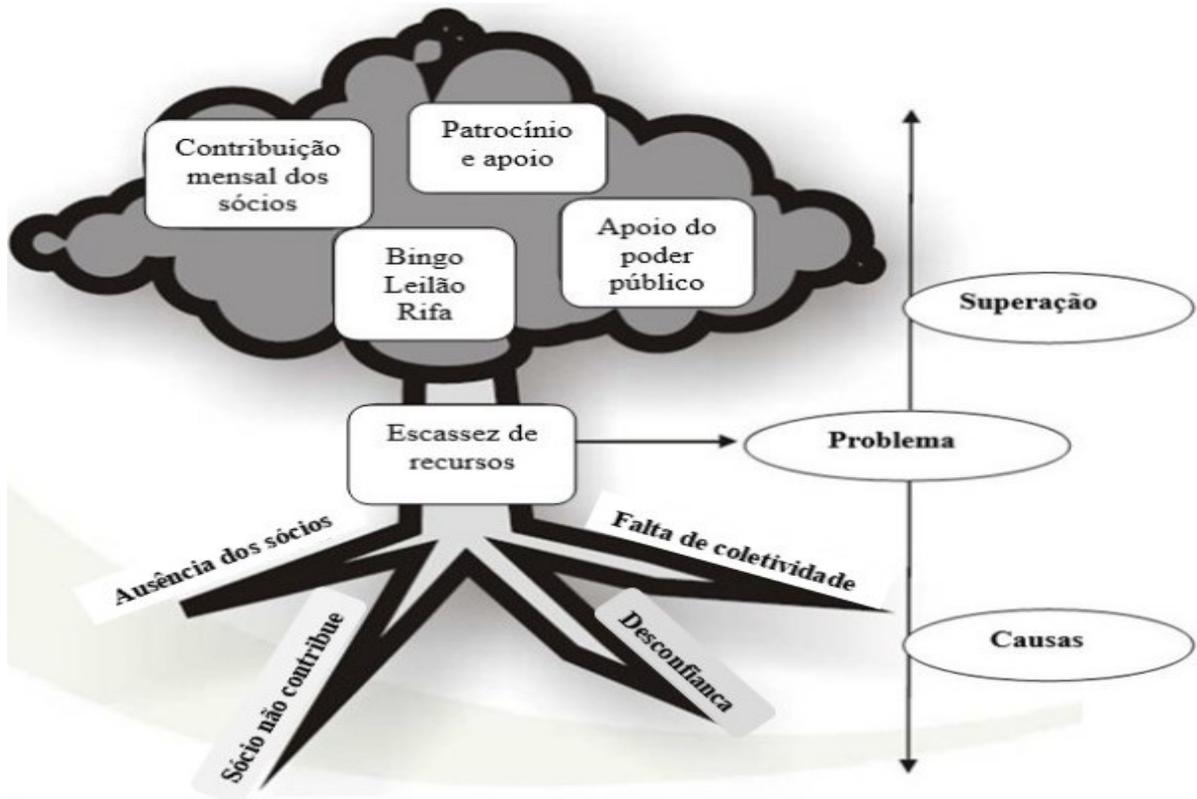


Figura 1: Registro fotográfico da aplicação da técnica de DRP Árvore de Problemas, Comunidade Rural de Cerquinha de Cabaceiras do Paraguaçu - BA. 2018.



Fonte: Verdejo (2010) adaptado pelo autor, aplicado em julho/2018.

Figura 2: Arvore do Problema Pouca Participação. DRP - Comunidade Rural de Cerquinha de Cabaceiras do Paraguaçu - Ba. 2018



Fonte: Verdejo (2010) adaptado pelo autor, aplicado em julho/2018.

Figura 3: Arvore do Problema Escassez de Recursos. DRP, Comunidade Rural de Cerquinha de Cabaceiras do Paraguaçu - BA. 2018

Com relação a pouca participação por parte dos sócios, um dos membros da diretoria deixou claro quanto o trabalho em equipe é fundamental para que qualquer tarefa seja realizada com determinação e dedicação conform e pode ser verificado no depoimento a seguir.

Para que a participação aconteça é necessário haver o envolvimento de todos, e que exista uma cultura de interesse coletivo em alcançar determinados objetivos, mais aqui existe uma cultura de competição, queremos resultados imediatos, não nos mobilizamos, pode haver mudanças assim? A Diretoria sozinha sem o apoio da comunidade não pode resolver os problemas, temos que ouvir todos da comunidade, quitar as obrigações financeiras para depois poder fazer um planejamento para que a execução ocorra de forma esperada.

Na fala do membro da Associação pode-se perceber a importância da participação para desenvolver determinadas ações que visam um só propósito.

Com relação a escassez de recursos o presidente da Associação relatou que:

Sem recursos a gente fica impossibilitado de manter os serviços básicos da Associação e cumprir com as obrigações com as empresas prestadoras de serviços como por exemplo: a Embasa, Coelba e além de prestar contas com a Receita Federal. [...] nosso principal recurso seria a contribuição por parte dos sócios o que não está acontecendo.

Para trabalhar o primeiro problema escolhido como prioridade, a Diretoria da AMPC discutiu formas de corrigir as causas que o geravam e identificou ações que subsidiariam o Plano de Ação Comunitário onde foram divididas as atividades, identificados os responsáveis, os prazos e como serão executadas as ações conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Plano de Ação Comunitária. DRP elaborado pela Diretoria da AMPC. Cabaceiras do Paraguaçu - BA. 2018

Problema a ser enfrentado: pouca participação			
Atividade:	Quem?	Quando?	Como?
Palestras, cursos e reuniões	Vice-presidente	Até novembro de 2018	Parceria com instituições públicas e/ou privadas
Estabelecer metas	Presidente	Até outubro de 2018	Traçando um plano de trabalho semestral
União dos sócios	Presidente	Até novembro de 2018	Promoção de palestras mostrando a importância da união
Prestação de contas	Secretária	Até novembro de 2018	Elaboração e divulgação de relatórios para os sócios
Problema a ser enfrentado: escassez de recursos			
Atividade:	Quem?	Quando?	Como?
Patrocínio	Presidente	Até novembro de 2018	Buscando apoio do comércio local e órgãos público
Apoio do poder público	Vice-presidente	Até outubro de 2018	Solicitação formal à Secretaria de Agricultura
Bingo, leilão e rifa	Vice-presidente	Até novembro de 2018	Promoção de evento trimestral
Contribuição mensal dos sócios	Secretária	Até novembro de 2018	Implantação de carnê anual de contribuição

Fonte: Verdejo (2010) adaptado pelo autor, aplicado em julho/2018

Cada uma das ações identificadas no Plano de Ação foi compreendida pelos membros da Diretoria como Ações Comunitárias. Em estudo sobre atuação comunitária e processo de cooperação social, Souza (1999) explica que ao nível de comunidade a ação comunitária pode ser entendida como

uma forma de cooperação que tem como objeto e objetivo a superação das barreiras que, a nível da comunidade, impedem o desenvolvimento do homem enquanto ser coletivo, [...] (p. 22).

Para que esse Plano de Ação (Figura 4) tenha sucesso será necessária uma boa gestão, com toda equipe envolvida e motivada. É importante que a Diretoria da Associação promova uma avaliação periódica do que está sendo feito bem como do que já foi realizado, observando erros e acertos e avaliando as possibilidades de melhorar nos próximos passos da gestão, de acordo com Schneider e Flach (2016), perguntas como: como foi feita a tarefa? Podia ter sido feita de forma melhor? Os objetivos foram alcançados? Podia ter alcançado melhores resultados? Como foi o desempenho das pessoas nas tarefas? Podiam ter tido melhor desempenho? Quais foram as dificuldades encontradas? Essas dificuldades foram superadas? Se sim como? Se não, que novas ações podem ser propostas para superá-las?

Os resultados da ação comunitária podem ser verificados na vida da população na própria comunidade, observando o número de pessoas nas reuniões, se as pessoas estão participando ativamente, expondo suas ideias. É importante que o trabalho seja observado constantemente, pois a observação deve ser usada como um instrumento técnico de acompanhamento de desenvolvimento da comunidade.

O trabalho também evidenciou que a Associação dos Moradores do Povoado de Cerquinha, não utilizava as Metodologias Participativas, antes da atual experiência tratada nesta pesquisa. A partir desta realidade espera-se que a Diretoria da Associação possa continuar explorando as Metodologias Participativas para verificar identificar potencialidades de enfrentamento dos demais problemas que afetam a comunidade.

Alguns membros da Diretoria da Associação avaliaram as metodologias participativas como sendo bastante úteis para o uso junto à comunidade, o que pode ser constatado no depoimento a seguir.

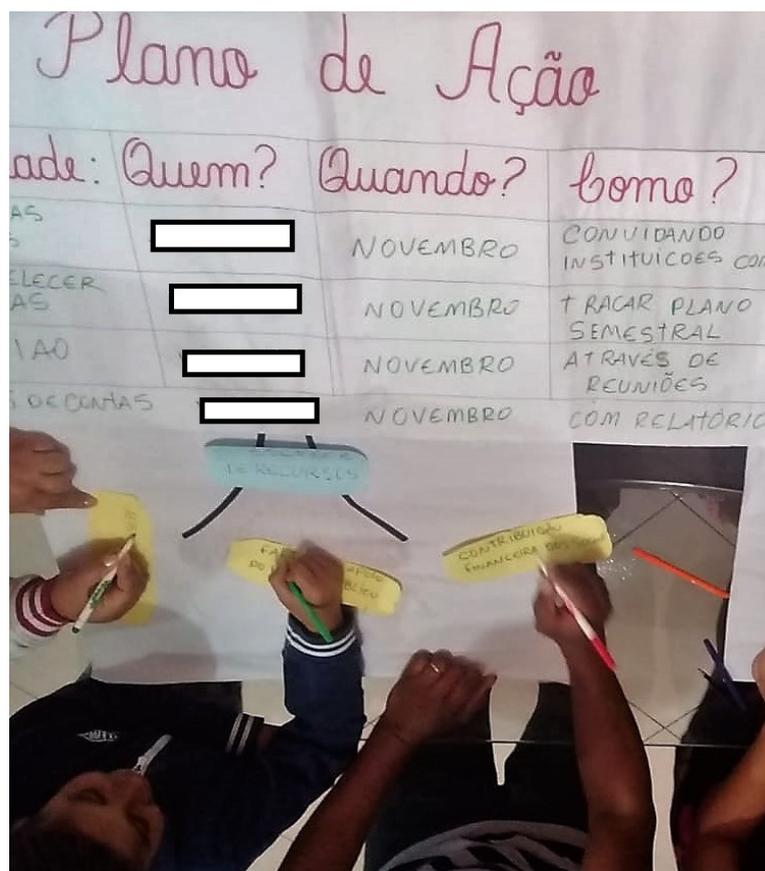


Figura 4: Registro fotográfico do processo de elaboração do Plano de Ação Comunitária, Comunidade Rural de Cerquinha de Cabaceiras do Paraguaçu - BA. 2018.

É uma ferramenta super importante. Através dela chegamos ao problema, descobrimos as causas, e ainda podemos encontrar a solução do problema em uma simples e divertida vivência de grupo, sem contar que todos podem participar, dando suas opiniões e expondo suas ideias. Podemos aplicar ela para todo o corpo da associação em diferente situações.

A fala do membro da Diretoria da AMPC permitiu identificar que o processo organizacional da Associação encontrava-se fragilizado e que o conhecimento em relação à técnicas de DRP pode ser bastante útil para mudar esse quadro.

6. Considerações Finais

As metodologias participativas são instrumentos valiosos de diagnóstico para ação dos gestores nos processos participativos. Essas metodologias promoveram o diálogo e a construção coletiva do conhecimento junto aos membros da Associação. Foram aplicadas técnicas de Diagnóstico Rural Participativo que possibilitou à Diretoria da Associação

entender os problemas mais graves e identificar propostas de superação mais apropriadas para cada realidade da Associação.

Para alcançar os objetivos, foi elaborada a fundamentação teórica por meio de levantamento de dados obtidos em publicações que auxiliaram a contextualizar o objeto e embasar as análises que foram feitas durante o trabalho.

Por meio da técnica de DRP Matriz de Priorização de Problemas foram identificados os principais problemas que fragilizam o desempenho da Associação. Também foram elucidadas as causas que geravam esses problemas e a identificação das possibilidades de resolução dos mesmos por meio da técnica Árvore de Problema. Posteriormente foi elaborado um Plano de Ação com vistas a superar as principais fragilidades e limitações da Associação identificadas no DRP.

Nos depoimentos dos membros da Diretoria da AMPC, ficou evidente a importância das técnicas e Metodologias Participativas para o diagnóstico e a superação dos problemas. De modo geral, percebe-se que as Metodologias Participativas são fundamentais para a sustentabilidade das associações, permitindo que os benefícios para a comunidade sejam mais acessíveis. Portanto essas metodologias devem ser utilizadas constantemente voltadas ao desenvolvimento da comunidade, com ações planejadas e com a participação e união de todos os envolvidos.

Referência:

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 4ª. Ed. (1ª. Ed. 1983), São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. 2ª ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008, 36 p.

CAPODAGLI, Bill.; JACKSON, L. **O Estilo Disney**: aplicando os segredos gerenciais da Disney na sua empresa. São Paulo, Makron Books, 2000. Disponível em: <https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/view/10/8>. Acesso em: 08 jun. 2018, 15:00:57.

DONIAK, F. A. **Participação comunitária no processo de desenvolvimento local**: estudo do caso do município de Rancho Queimado, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82654/189229.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 junho de 2018, 12:40:28.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**, 2006. 144 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6650/1/2006_Alexandre%20Ciconello%20Ganan%C3%A7a.pdf. Acesso em: 28 jun. 2018, 05:22:50.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos Gestores e Participação Sócio Política**. São Paulo: Cortez, 2001, 128 p.

GOMES, M. A. O., et al. Uma dimensão subjetiva da participação o aprendizado como motivação nos processos participativos da extensão rural. (p.227- 244). In: BROSE, M. **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004, 256p.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. - IBGE 2016 disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cabaceiras-do-paraguacu/panorama>. Acesso em: 03 Jul. 2018, 09:50:30.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.21, n. 3, p.379-408, set./dez. 2004.

KERSTENETZKY, Celia Lessa **Sobre associativismo, desigualdades e democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, núm. 53, outubro, 2003, pp. 131-142 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais São Paulo, Brasil.

PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. (Org.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999.144 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível: <http://www.pnud.org.br/atlas>. Acesso em 16 jul 2018.

BRASIL. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei nº 10.406/2002. Art. 53 disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 01 jul. 2018, 15:50:07.

ROMEU, C. R. **Formação de uma Rede Associativista**. revista pequenas empresas grandes negócios. 256. Ed, jul/2009. Globo S. A. Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA451004-2487-2,00.html>. Acesso em: 02 jul. 2018, 07:21:39.

SCHNEIDER, D. R.; FLACH, P. M. von. **Como construir um projeto de intervenção: eixo instrumentos**, Portal Aberta. Disponível em: <http://aberta.senad.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2018, 08:30:35.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Associação: Série Empreendimentos Coletivos**. 2009. Disponível em:

http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_associacao.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

SILVA, R. B. **Educação comunitária:** além do estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. CNEC (1985-1998). Campinas, SP. Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, M. L. de, **Desenvolvimento de comunidade e participação**, 6ª. ed.- São Paulo. Cortez, 1999. p. 21-33, 169-201.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 68 p.